



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 029/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11101/2014.

Apenso: Processo nº. 10315/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Simeão Garcia Nascimento, Prefeito Municipal à época.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 33/2015-CI-DICAMI (fls. 1706/1735) e Informação Conclusiva n.º 119 /2016–DICAMI (fls.2583).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer 2587/2016-MP-ESB, (fls. 2586 a 2601) - Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas com ressalvas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o posicionamento do Órgão Técnico e **em divergência** com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Tonantins a **aprovação com Ressalva das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Tonantins, exercício de 2013**, de responsabilidade do **Sr. Simeão Garcia Nascimento**, na condição de Chefe do Poder Executivo, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, I, e 29, ambos da Lei 2.423/96; art. 3º, II, da Resolução 09/1997.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 029/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Mario José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 029/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 029/2016-TCE-Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11101/2014.

Apenso: Processo nº. 10315/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Simeão Garcia Nascimento, Prefeito Municipal à época.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 33/2015-CI-DICAMI (fls. 1706/1735) e Informação Conclusiva nº 119 /2016–DICAMI (fls.2583).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer 2587/2016-MP-ESB, (fls. 2586 a 2601) - Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multas. Recomendação à origem. Prazo para recolhimento da multa aplicada na DECISÃO Nº 29/2014 – TRIBUNAL PLENO, proferida no Processo nº 10315/2013.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o posicionamento do Órgão Técnico e **em divergência** com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal Tonantins, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Simeão Garcia Nascimento, na condição de Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, II e 22, II, b, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2 - Aplicar Multa ao Sr. Simeão Garcia Nascimento, no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE, pela inobservância de prazo no envio da movimentação contábil de janeiro a dezembro do exercício de 2012, foram encaminhados por meio do sistema ACP fora do prazo estabelecido no art. 4º da Resolução 07/2002;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 029/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 029/2016-TCE-Tribunal Pleno)

9.3 - Aplicar Multa ao Sr. Simeão Garcia Nascimento, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei 2423/96, pela ausência de controle interno e pela falta de Engenheiro Civil habilitado junto ao Conselho de Classe (Lei Federal 5194/66 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), nos quadros da Prefeitura Municipal de Tonantins;

9.4 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas, com comprovação perante a este Tribunal, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento dos valores das condenações, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5 - Recomendar à origem a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte, visando:

- Tomar as providências legais necessárias para criação do sistema de Controle Interno no Município e para compor os quadros funcionais da Prefeitura com Engenheiro Civil devidamente habilitado junto ao Conselho de Classe;
- Tomar as providências previstas na Lei de responsabilidade Fiscal para cobrança do valor total inscrito em dívida ativa.

9.6 - Quanto ao Processo TCE nº 10315/2013, o mesmo foi julgado, conforme DECISÃO Nº 29/2014 – TRIBUNAL PLENO, pela procedência da Representação, com a Aplicação de multa de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) ao Sr. Simão Garcia Nascimento, Prefeito de Tonantins, por ofensa ao artigo 73-B da Lei Complementar n. 101/2001;

9.7 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa relativa à DECISÃO Nº 29/2014 – TRIBUNAL PLENO, proferida no Processo nº 10315/2013, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Mario José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 029/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 029/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral